

50 Anos Depois, a Guerra do Suez no Contexto das Guerras Israelo-Árabes

Abel José Santos Leite

Mestre em História e Cultura Europeia Contemporâneas

Resumo

No ano em que perfazem cerca de 50 anos sobre a sua eclosão, a Guerra do Suez permanece esquecida ou pouco conhecida do público português. Contudo, tratou-se de um conflito significativo na história, não só por ter envolvido as principais potências mundiais, como ter desencadeado uma viragem radical em que, pela primeira vez, as potências coloniais foram as grandes derrotadas. Tal facto prenunciou uma nova ordem mundial que perdurou como um paradigma alternativo de uma nova estratégia política internacional. A crise do Suez veio acelerar o processo de descolonização e o aumento do peso político das pressões internacionais sobre o mesmo. Estes acontecimentos foram determinantes na emergência e desenvolvimento dos conflitos Israelo-Árabes, cuja tensão ainda hoje se faz sentir.

Abstract

50 Years Later, the Suez War in the Israeli-Arab Conflict Framework

Fifty years after the Suez War broke out, whether it is still consigned to oblivion or it is not well-known to the public. However, it was a significant historical conflict, not only because it involved the major world powers, but also because it led to a radical turning point. For the first time the great colonial powers were defeated. This motivated a new world order, which would spread rapidly as an alternative paradigm of a new international political strategy. The Suez War accelerated the process of decolonisation and the increasing political weight of international pressure on it. The crisis was also determinant to the beginning and development of the Israeli-Arab conflict, which tension we still have to address today.

“- Acaba de chegar do Egipto, creio?

- Sim.

- Foram vencidos pelos Egípcios.

- E no entanto eles corriam muito depressa à nossa frente, abandonando as armas e por vezes as calças.

- Esse grupo de fugitivos, esse exército de pacotilha, incapaz de se servir do armamento que os Russos lhes tinham dado, esses oficiais de belos bigodes que vestiam calções para correr mais depressa, venceram-vos, vocês os pára-quedaistas, que se diz serem as melhores tropas da Europa Livre, e venceram correndo na vossa frente! (...) Porque vocês tentaram praticar no Egipto um jogo que já não é adoptado.”¹

Jean Larteguy

1. Introdução

Em 1956 ver-se-á desenrolar um conflito no Médio Oriente envolvendo directamente a França, a Grã-Bretanha, Israel e o Egipto. No entanto, este conflito, que ficará conhecido como a Guerra de Suez, de curta duração e aparentemente esquecido e subvalorizado, rapidamente se estenderia a um endurecimento das posições políticas de todas as grandes potências mundiais e viria a alterar, profundamente, a situação político-económica europeia, tendo sido um conflito em que ninguém pôde, realmente, apresentar-se como vitorioso,² excepto Israel que, contudo, terá preferido que não se especulasse muito sobre o assunto, sobretudo no que respeita ao conluio, a ter existido,³ com a França e a

1 Jean Larteguy, *Os Centuriões*, Bertrand, Lisboa, s.d. (datado pelo autor em Julho de 1959), p.443.

2 Apesar do líder egípcio, Gamal Abdel Nasser, ter proclamado a sua vitória política e militar, utilizando toda a sua máquina de propaganda, vangloriando-se de sozinho o Egipto ter enfrentado e derrotado a França, a Grã-bretanha e Israel, tal mensagem destinava-se apenas à opinião pública interna e dos estados árabes. Nasser tinha perfeita consciência de que perdera efectivamente o conflito, não se deixando cair na sua própria propaganda. Cf. Michael B. Oren, *La Guerra de los seis Dias - Junio de 1967 y la formación del Próximo Oriente moderno*, Ariel, Barcelona, 2003, pp. 40-41.

3 Shimon Peres afirma expressamente que se assinou um acordo tripartido em Sèvres, de 22 a 24 de Outubro de 1956, onde se traçou um plano de ataque conjunto. Esse acordo, sugerido por Maurice Bourghès Maunoury, (ao tempo ministro da defesa francês) contou com a presença do próprio de Ben Gurion e Moshe Dyan. Contudo, nada refere quanto à presença britânica. Cf. Shimon Peres, *Tempo para*

Inglaterra. Hugh Thomas, que estudou este conflito volvidos dez anos, pelo que ainda conseguiu contactar directamente alguns dos principais intervenientes, achou curioso o facto “de os documentos oficiais não terem estado à minha disposição e provavelmente jamais estarem à de qualquer outra pessoa, pois, se eles existiram, crê-se que foram destruídos nessa altura ou pouco depois.”⁴ Para além desse facto, todos pareciam ter sofrido de uma verdadeira amnésia ou então escudavam-se no segredo a que se encontravam obrigados.

Este acontecimento marca a extensão da Guerra Fria à região do Médio Oriente, cabendo-lhe um lugar de destaque no agudizar das relações entre os dois blocos que a protagonizavam e que se vinham agravando, sobretudo a partir de 1954, por um lado, com a retirada do apoio soviético a Israel transferido para os governos dos estados pós-coloniais de quem esperavam conseguir uma ameaça ao fornecimento petrolífero da Europa e, por outro, com o estabelecimento estratégico da *Liga do Norte*, que formando uma aliança entre a Turquia, o Irão, o Paquistão, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, visavam garantir esse fornecimento e constituíam uma séria ameaça à fronteira da União Soviética, levando-os a optarem por apoiar a causa árabe, com particular ênfase no interesse dos palestinianos, já que era a mais fácil e popular forma de granjear simpatias no mundo árabe e muçulmano. Desta forma, não só colhiam simpatias e garantiam influência na zona, como dificultavam a posição ocidental, encurralada entre o dilema de procurar agradar às nações árabes e a Israel. Apesar da particularidade da intervenção directa de potências não regionais, este conflito inscreve-se no contexto clássico das Guerras Israelo-Árabes, já que contribuiu para a criação de um equilíbrio de forças que iria perdurar por mais de dez anos. Nesta medida, e adoptando a designação clássica, podemos considerar como sendo quatro as guerras que o compõem: a Guerra da instauração do estado de Israel 1948/49,⁵ de que não sairia nenhum acordo de paz; a Guerra do Suez de 1956; a Guerra dos Seis Dias de 1967 e a Guerra do Yom Kippur de 1973. A partir deste último conflito entrou-se no que podemos designar por período de guerra permanente.

a Guerra, Tempo para a Paz, D. Quixote, Lisboa, 2004, p. 53. Segundo Hugh Thomas, *O Caso Suez*, Editora Ulisseia, Lisboa, s.d., p. 163, o tratado terá sido assinado por Guy de Mollet, Ben Gurion e o representante britânico seria o secretário dos Negócios Estrangeiros Selwin Lloyd, estando ainda presente Patrick Dean, subsecretário-adjunto de Estado. Contudo, parece não haver provas documentais da reunião ou de quem nelas participou.

⁴ Hugh Thomas, op. cit, p.9.

⁵ Para os israelitas ficará conhecida como Guerra da Independência e como *al-Nakbah* (o desastre) para os árabes, o que revela bem a profunda divergência original.

Ao abordarmos este conflito pensamos ser de considerar alguns aspectos em geral: em primeiro lugar, há que salientar que é um conflito em que a componente religiosa tem um significado fundamental, opõem-se dois povos, dois tipos de sociedade, duas culturas mas, e mais importante que tudo o resto, são duas religiões que disputam os mesmos locais e os mesmos territórios, mutuamente simbólicos e sagrados. Depois, e decorrente do anterior, trata-se de um conflito cíclico, que se arrasta no tempo e quando, cinquenta anos depois, escrevemos estas linhas, ainda que com novas nuances, continua a verificar-se com a mesma intensidade e somando pesadas baixas para ambos os lados. A grande alteração, em termos militares, deu-se com a introdução no *status quo* existente de um novo dado, o facto de Israel passar a dispor de armamento nuclear,⁶ que inviabiliza as pretensões dos estados árabes vizinhos de efectuarem qualquer tipo de ataque convencional. No entanto, tal não terá evitado a guerra de 1973 nem o recurso israelita à ameaça de utilização deste tipo de armamento, numa altura em que tudo levava a supor que já o teriam. Esta constatação e estas considerações merecem, todavia, uma salvaguarda incontornável, uma vez que a política oficial de Israel a este respeito é a de *ambiguidade estratégica*.⁷ Finalmente, trata-se de uma zona do globo de extrema importância para a vida e a economia mundial, já que é aqui que se encontram os lugares

6 Cf. Shimon Peres, *Tempo para a guerra, Tempo para a paz*, p. 37. (“foi a nossa suposta opção atómica...”)

7 Até à data de hoje, nenhum dirigente israelita admitiu ou negou a existência de armas atómicas nos arsenais israelitas. Como dados concretos sabemos apenas que Israel é o único país do Médio Oriente que não assinou o Tratado de Não-Proliferação Nuclear e que em Abril deste mesmo ano, foi libertado Mordechai Vanunu, que ainda se encontra sob grandes restrições judiciais, após ter cumprido 18 anos de prisão por revelar informações sobre o programa nuclear israelita, tidas como confidenciais e atentatórias para a segurança do estado. Toda a informação relativa ao assunto é rigorosamente restrita e baseada sobretudo em especulações, já que este é um dos segredos mais bem guardados de sempre. Mohamed El-Baradei, chefe da Agência Internacional de Energia Atómica, sugeriu a 13 de Julho de 2004, em Moscovo, que Israel deveria considerar discutir a possibilidade de um Médio Oriente sem armas nucleares. Se pouco ou nada se sabe ao certo sobre esta questão, só se pode conjecturar acerca da data em que, efectivamente, Israel teria obtido armas nucleares. Para a maioria dos analistas Israel terá cerca de duzentas ogivas nucleares e já teria cerca de doze em 1973, aquando da guerra do Yom Kippur. Contudo, apesar do peso dissuasor deste tipo de armamento, há que considerar dois aspectos: o anúncio da sua posse poderia ter levado os soviéticos a disponibilizarem este tipo de armamento aos árabes, forçando a uma escalada muito grave do conflito e, por outro lado, o fanatismo religioso árabe subverte todos os cálculos, já que estes pressupõem que o inimigo não queira morrer, o que como sabemos, e os homens-bomba são prova disso, não só não acontece, como muitos desejam morrer na luta como mártires de Deus. Crê-se, também, que Israel terá hoje em dia a possibilidade de lançar ogivas nucleares por meios terra-terra, ar-terra e mar-terra, para o que disporá de três submarinos preparados para o efeito. Questionado sobre o assunto, Ariel Sharon na rádio militar israelita considerou que: Israel “é obrigado a ter todos os componentes de força necessários à sua defesa.” Cf. Raida Herrero, *As Armas atómicas de Israel, Rádio Nederland Wereldomroep*, 6/7/2004, in www2.rnw.nl/rnw/pt/atualidade/oriente_medio/at040706_israel_atomicas, consultado em 14 de Julho de 2004.

santos das três religiões com maiores repercussões no ocidente, as principais jazidas petrolíferas e os principais produtores de petróleo. Esta zona continua a ser o grande motor do mundo industrializado, pelo que qualquer agitação política se reflecte nos preços do petróleo e, conseqüentemente, na economia mundial.

2. Contextualização do Conflito

2.1 Antecedentes remotos

O final da segunda guerra mundial e o reconhecimento do holocausto do povo judeu, contribuíram decisivamente para a concatenação de esforços no sentido da criação de um estado judaico. O movimento sionista iniciado em finais do século XIX, por Theodor Herzl que reuniu o primeiro congresso em 1897, preconizava a criação de uma pátria judaica por direito próprio, que viria a ser proposta por Lord Balfour em 2 de Novembro de 1917 e ratificada, posteriormente, no Congresso de San Remo. Em 1922, a Sociedade das Nações confia à Grã-Bretanha um mandato sobre a Palestina e logo surgem os primeiros conflitos entre árabes e judeus e entre ambos e os ingleses, que se agravam principalmente a partir de 1929. Com o apoio das grandes potências foi decidida, nas Nações Unidas em 1947, a criação do estado judaico de Israel e agendada para 15 de Maio de 1948 a sua independência.

Apesar deste reconhecimento internacional, o mesmo não se passou em termos regionais, pelo que Israel, desde logo, contou com a oposição e hostilidade dos estados árabes vizinhos que de imediato atacaram o novo estado. Deste conflito, a que Israel mais do que vencer conseguiu sobreviver, sairia apenas um periclitante armistício⁸ e a fuga de mais de setecentos mil árabes para os territórios vizinhos,⁹ que se iriam instalar sobretudo no sul do Líbano e na faixa de Gaza. É o começo de um dos mais acesos e

8 Assinado em Rodas a 24 de Fevereiro de 1949.

9 Os números precisos são, em nosso entender, impossíveis de vir a saber, uma vez que o último recenseamento na Palestina anterior a 1948, data de 1931. Após a criação do estado de Israel os números são contraditórios, dependendo de quem efectua a sua estimativa. Também se tem que atender ao número de nascimentos que impedem uma contabilização rigorosa, já que se trata de um grupo social com elevada taxa de natalidade. Assim, recorrendo aos números das Nações Unidas temos: em 1950 cerca de 925 000 refugiados, tendo-se concluído que em 1948/49 seria um número que rondaria os 726 000 indivíduos. Segundo a mesma fonte, em Junho de 1957 seriam 933 500 aumentando para 1 318 000 em Junho de 1966. Cf. Nathan Weinstock, *O Sionismo contra Israel*, Vol.II, (*Os Israelitas à procura de um futuro, 1948-1968*), Ulisseia, Lisboa, s.d., pp. 41- 42.

arreigados conflitos mundiais, do drama dos campos de refugiados e da formação de todo um conjunto de movimentos de resistência, ainda hoje existentes e que levantam graves problemas, quer do ponto de vista humanitário quer do ponto de vista da segurança, não só a Israel como ao resto do mundo.

Israel tornou-se, assim, logo aquando da sua fundação, um estado rodeado de inimigos muito mais numerosos e fortemente motivados para os combater. Com o correr do tempo, as políticas israelitas em relação aos árabes residentes no território, ao invés de procurarem amenizar as relações entre as duas comunidades apenas as agravaram, ao contrário de os tentar integrar a política israelita terá sido dirigida no sentido de os substituir por judeus, numa política racista, praticada por um povo que tanto a sofreu na pele e que depois não soube evitar a sua execução em outros povos, já que “não há povo eleito sem estrangeiros malditos.”¹⁰ Este é um problema que ainda hoje é difícil de gerir e que só com profundas modificações poderá ser atenuado. Por outro lado, e em parte resultante do ponto anterior, o povo israelita cedo soube que a sua existência dependeria apenas da sua capacidade de resistir militarmente, pelo que a sua motivação é-lhes co-natural. A própria estrutura das IDF (Forças de Defesa Israelitas) pressupõe que mesmo “os civis israelitas sejam basicamente soldados com licenças temporárias,”¹¹ uma vez que o serviço militar é obrigatório tanto para mulheres como para homens, ficando estes obrigados a exercícios regulares integrados na reserva, que dura até aos 52 anos e a que passam após cumprirem pelo menos dois anos de serviço activo. De reduzidas dimensões geográficas e demograficamente pouco numerosos,¹² contaram contudo com vultuosos apoios financeiros dos judeus na diáspora,¹³ que lhes permitiram um desenvolvimento tecnológico muito importante e os meios financeiros para sustentarem um exército e uns serviços de informação e segurança muito eficazes, dos quais dependeu e depende a sua existência.

10 Nathan Weinstock, Op. Cit., p.63.

11 Michael B. Oren, *La Guerra de los Seis Días - Junio de 1967 y la formación del Próximo Oriente moderno*, p.47.

12 Aquando da proclamação do estado de Israel, a população judaica estaria compreendida entre os 650 e os 700 000 habitantes, atingindo um milhão em Dezembro de 1949. Com a migração para Israel dos sobreviventes dos campos de concentração e de outras comunidades deslocadas, em 1952 a comunidade judaica cifrar-se-ia em 1 450 000 pessoas, atingindo em 1965 os 2 240 000, fruto sobretudo da emigração de polacos, de húngaros e de norte africanos, fugidos após os conflitos do ano de 1956. Cf. Nathan Weinstock, Op. Cit. pp. 53-55.

13 Dentro destes contributos, vitais para Israel, foram especialmente significativos os enviados pela comunidade judaica americana, o que contribuiu ainda mais para o arreigado ódio anti-americano sentido pelos árabes, que acusam os Estados Unidos de seguirem uma política sionista e neo-colonialista.

Finalmente, a política das nações árabes não só nunca pretendeu realmente resolver o diferendo originado com a criação do estado de Israel, procurando um compromisso que parece ser inevitável mas, pelo contrário, ao longo dos anos tem-se servido da causa palestiniana como arma política para os seus próprios conflitos internos, já que é um tema que assegura grande popularidade e adesão nos diferentes estados árabes, quer se tenha tratado de estados mais conservadores, como a Arábia Saudita, ou de estados mais progressistas como o Egipto de Nasser ou o Iraque de Saddam Hussein. Com efeito, tanto a nível individual como a nível dos diversos estados árabes e mesmo muçulmanos, a causa palestiniana é, e foi muitas vezes, o único ponto em que coincidiam as diversas políticas desses estados. Ponto de união, arma de arremesso político ou trunfo interno, a causa palestiniana terá sido mais vezes usada do que auxiliada pela política internacional. O conflito do Suez, como serão os conflitos israelo-árabes subsequentes, será um marco na história como a afirmação da irreversibilidade da existência do estado de Israel.

2.2 *Antecedentes próximos*

Após um golpe militar perpetrado em 1952 contra o rei Farouk, um grupo clandestino de oficiais designado *grupo dos oficiais livres*, toma o poder tendo como principais objectivos o derrube da monarquia, cujo rei acusavam de ter sido o principal responsável pela derrota de 1949, a expulsão dos ingleses e a eliminação do exército israelita que invadira a Palestina, já que defendiam a inexistência do estado de Israel e a restituição aos árabes do território por este ocupado, ocupação essa vista como uma usurpação ilegítima e vergonhosa para todo o mundo árabe. Com o sucesso da rebelião, os oficiais amotinados, sob a direcção do general Muammad Naguib, depuseram Farouk e implantaram a república do Egipto. Entre os oficiais que tomaram o poder destacava-se Gamal Abdel Nasser, o verdadeiro homem forte do movimento que, em 1954, irá depor Naguib e assumir o poder, tornando-se presidente plenipotenciário, abolindo os partidos e a oposição. Nasser é um homem com uma visão estritamente nacionalista pró pan-arabista, que procura fazer do Egipto um país verdadeiramente independente, industrializado e um modelo para o mundo árabe. Neste projecto inserem-se a construção da barragem de Assuão e a rentabilização eficaz e o domínio do canal do Suez que, desde a sua construção em 1869, supervisionada por Ferdinand Lesseps, era controlado por uma corporação privada de capitais franco-britânicos e regulado pela Convenção de Constantinopla de 1888.

Na sua perspectiva pan-arabista, Nasser nutre um profundo ódio a Israel, - lembremos que participou no primeiro conflito israelo-árabe¹⁴ - e aos ingleses que considera serem imperialistas e verdadeiros invasores do Egipto e de muitos outros locais do mundo. De forma geral, a sua posição defende o direito dos povos a disporem livremente dos seus recursos naturais que, no caso egípcio eram, essencialmente, a exploração do algodão, cujos preços eram controlados por Londres e, consequência natural deste princípio,¹⁵ a exploração do canal do Suez. O direito à auto-determinação dos povos era propugnado em geral, salientando as três vertentes particulares: os estados árabes, os estados islâmicos e os estados africanos. Neste espírito, agudizam-se os ataques às forças britânicas estacionadas na zona do canal, sobretudo na grande base de Ismailia, a Israel, através do fomento de acções terroristas lançadas da faixa de Gaza, com elementos recrutados entre os refugiados, e contra os franceses, já que o Egipto apoiava declaradamente as pretensões independentistas na guerra da Argélia, que se inicia em 1954, da Frente de Libertação Nacional com fornecimentos de armas e abrigo e cobertura aos respectivos líderes. Através da Rádio Cairo, a *Rádio Voz dos Árabes*, designadamente, encorajava abertamente à revolta não só na Argélia, no momento a face mais visível e preocupante do movimento de descolonização africana, mas a todos os povos que lutassem pela sua auto-determinação.

Nos anos de 1954 e 1955, a tensão, o número e a violência dos incidentes entre Israel e os estados árabes aumenta drasticamente de importância. Ao arresto do navio israelita *Bat Galim* no canal do Suez pelos egípcios, respondiam os israelitas com o sequestro de um avião comercial sírio,¹⁶ a um recrudescimento dos ataques dos *Fedayn's* contra Israel, sucediam-se as represálias israelitas como o Raid de Gaza de 28 de Fevereiro de 1955, que originou a morte a mais de 50 soldados egípcios ou o ataque e destruição de povoações ou campos de refugiados egípcios; nas relações israelo-árabes não se consegue encontrar um primeiro agressor, nem distinguir o que é um ataque ou uma represália.¹⁷ Também há que salientar outro aspecto igualmente relevante: a constatação

14 Sendo, inclusivamente, gravemente ferido num confronto em Felouga.

15 A primeira resolução da Assembleia-geral da ONU a consagrar este direito data de 12 de Fevereiro de 1952 (resolução 626-VII) e consagra a legitimidade da iniciativa de Mossadegh da nacionalização do petróleo do Irão.

16 Este sequestro teve por objectivo a tomada de reféns para trocar por prisioneiros israelitas. O incidente, ocorrido em Dezembro de 1954, por ordem do então chefe de Estado-Maior Moshe Dyan, terá sido o primeiro desvio aéreo na região e foi efectuado por caças israelitas que desviaram e forçaram a aterragem no aeroporto de Lod. Cf. Noam Chomsky, *Piratas y Emperadores*, Byblos, Barcelona, 2004, p.117.

17 Em qualquer estudo que se leia sobre este tema os incidentes são tão numerosos que resulta infrutífero destacar este ou aquele. As grandes divergências são apenas do ponto de vista da abordagem, uns

que a maior parte dos alvos são civis, talvez por perversamente serem os mais mediáticos. Quem não se lembra do atentado contra a equipa olímpica israelita participante nos jogos de Munique em 1972¹⁸ ou a morte de uma criança árabe apanhada entre dois fogos que, ante os olhos do seu pai que, impotente, pedia ajuda, era alvejada em directo e cujas imagens percorreram as televisões mundiais. Não se tratam de acontecimentos passados no tempo, mas que continuam a ocorrer com uma regularidade e um preço humano, político e social perfeitamente inconcebíveis.

3. Nasser e a Situação do Egipto

A situação, ao tempo, contrariava as pretensões de Nasser, já que o Egipto, rural e atrasado, não só não tinha infra-estruturas industriais, como necessitava de quadros técnicos especializados para levarem a cabo a modernização do país. Havia, pois, que realizar profundas transformações para tornar possível a viabilização dos seus objectivos económicos e políticos. Começou por implementar um conjunto de medidas que ficaram conhecidas como o socialismo árabe ou nasseriano,¹⁹ nomeadamente através da nacionalização dos principais sectores da economia e iniciando uma reforma agrária, que reduziu os limites da propriedade privada primeiro para 840 mil m² e, posteriormente, para metade dessas dimensões, fomentou cooperativas e universidades e caminhou no sentido da planificação da economia.

acentuam a *culpa* israelita outros a árabe. Resulta, pois, evidente que nem em trabalhos académicos é fácil (ou possível) permanecer neutro neste tema. Assim, optamos nesta nota por clarificar este aspecto, com o objectivo de salientar o nosso esforço de procurar a posição mais imparcial e distanciada possível. Do que analisamos resulta, para nós, que qualquer solução, a haver, terá de passar pelo esquecimento mútuo dos agravos recíprocos e pela procura de uma solução que tentasse partir do zero, procurando resolver os problemas que existem sem os agravar relembrando constantemente acontecimentos passados. Esta dificuldade é reconhecida pelos intervenientes directos: “*Estamos de acordo em relação ao futuro mas é-nos difícil vermo-nos livres dos entraves do passado.*” Shimon Peres, Op. Cit. p.71.

18 Para análise mais detalhada veja-se Serge Groussard, *A Chacina dos Jogos Olímpicos*, Civilização, Porto, 1975.

19 Esta política é, de alguma forma, inovadora já que rejeita a ideia da luta de classes, o materialismo e o laicismo do estado, ao considerar o Islão como religião dominante. O próprio Nasser era crente, apesar de nunca confundir a religião com o próprio estado, como é apanágio dos estados fundamentalistas islâmicos. É, assim, uma orientação sincrética de conciliação entre linhas socialistas e de observância religiosa. A sua política irá, inclusivamente, levar a uma forte reacção dos meios religiosos mais conservadores, que atentam contra a sua vida. Nasser responderá na sua *Filosofia da Revolução*: “podem assassinar Nasser, mas outro ocupará o seu lugar! A revolução sobreviverá.” Nasser, *Filosofia da Revolução*, apud Michael B. Oren, *La Guerra de los Seis Dias...*, p.36.

Outra questão queurgia resolver foi a do financiamento da barragem de Assuão, que pretendia ser a grande obra do regime, fornecendo a energia e o abastecimento de água vitais para o desenvolvimento do país. Inicialmente, o mega projecto contou com a participação dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, porém, dentro da sua estratégia de converter o Egipto numa potência local precisava, igualmente, de armamento, necessidade essa agravada pelo facto de Israel ter vindo a adquirir à França grandes quantidades de equipamento militar. Nasser sabe que para se tornar um verdadeiro líder carismático no mundo árabe terá que, mais tarde ou mais cedo, enfrentar Israel e as potências europeias mais influentes na região, sobretudo a britânica e a francesa sendo fundamental a compra de armamento que é incapaz de produzir. No entanto, a sua postura está longe de agradar aos estados ocidentais. Com a instauração de um regime de partido único e a centralização nele de todo o poder, a política seguida por Nasser era vista com muitas reservas pelo ocidente. O facto de ser um militar e se ter transformado num ditador, com a abolição dos partidos políticos e oposição, levaram a que fosse considerado um novo Hitler²⁰ emergente, isto é como um político, potencialmente, muito perigoso.

Nasser vê ser-lhe recusada a venda de armamento por parte das grandes potências ocidentais, como tal, e considerando vital a posse desse arsenal, virar-se-á para o bloco soviético. Como represália, Washington e Londres suspendem o apoio técnico e financeiro para a construção da barragem e o Egipto volta-se para a União Soviética, agora não só para a compra de material militar, mas também na procura de apoio técnico para colmatar as suas necessidades no campo da engenharia civil.

Como opositor acérrimo à existência de Israel sonha ver restabelecida a grandeza do mundo islâmico de outrora, através de um movimento pan-arabista que expulsasse as potências europeias garantindo a independência das nações árabes e a reconquista dos territórios ocupados por Israel, que considerava ilegitimamente usurpados aos palestinianos. Em termos internacionais inicia contactos diplomáticos intensos dirigidos para os três vectores anteriormente citados: o árabe, o islâmico e o africano. Realça-se a

20 Esta analogia terá sido usada pela primeira vez pelo coronel Louis Mangin, auxiliar do ministro da defesa Bourghès-Maunoury, num jantar em Lyon, em Maio de 1956. Cf. Hugh Thomas, *O Caso Suez*, p. 28. Este paralelo aludia ao facto de que quanto mais poderoso se tornasse, mais perigoso e caro seria destroná-lo, tal como Hitler, que deveria ter sido neutralizado antes de ter de ser combatido em 1939. O seu pan-arabismo foi considerado similar ao pan-germanismo de Hitler por John Foster Dulles, secretário de estado norte-americano neste período e o verdadeiro homem forte da diplomacia na presidência de Eisenhower, que considerava Nasser como um *fanático extremamente perigoso*. Cf. Noam Chomsky, *El nuevo orden mundial (y el viejo)*, Crítica, Barcelona, 2ª ed., 2003, pp.259-260.

sua posição a nível dos Países Não Alinhados, compartilhando o protagonismo com homens como o Marechal Tito e Nerhu na conferência de Bandung, em Abril de 1955, e pelo facto de ser um dos principais impulsionadores da formação da Organização de Unidade Africana a 25 de Maio de 1963.

4. O Início da Crise

A 26 de Julho de 1956, na Bolsa de Valores do Cairo, Nasser pronuncia um discurso inflamado, no qual está criptada a ordem para as tropas egípcias se apoderarem do controle do canal. Simbolicamente, é escolhido o mesmo dia em que ocorrera a deposição da monarquia,²¹ sendo um desafio claro à Inglaterra e a afirmação de um líder para a nação árabe. Em França e Inglaterra estas notícias, principalmente a nacionalização da Companhia do Canal, caem como uma bomba. No fundo, são todas as possessões europeias em África e Médio Oriente que estão em causa, após o descalabro dos seus interesses na Ásia. A Inglaterra cujo império se estendia praticamente da Líbia à Malásia, tinha vindo a perder numerosos territórios, como a Índia, o Iraque, o próprio Egipto, a Jordânia e Israel, concedera a independência ao Sudão, enfrentava a revolta na Malásia e contestações um pouco por todo o lado. Acabava de retirar as suas forças militares, alvos constantes de ataques terroristas, que ainda permaneciam na grande base de Ismailia precisamente para garantirem a segurança do canal, após a assinatura de um acordo com o Egipto. Mais ainda, se o vasto império britânico dependia em larga medida do tráfego no canal do Suez, que evitava a necessidade dos seus navios contornarem a costa africana e constituía, afinal, o grande motivo da sua construção, por outro lado, não dependia menos do prestígio do seu poderio, naval e militar, poderio esse que agora era posto à prova de uma forma perfeitamente vexatória. A França, cujo império se vinha também a desmoronar no Magreb, acabava de conceder em Março a independência ao reino de Marrocos e à Tunísia, perdera de forma humilhante a Indochina e, a

21 Extracto do discurso de Gamal Abdel Nasser, no palácio da Bolsa de Valores do Cairo, em 26 de Julho de 1956: *"Iremos destruir de uma vez todos os traços de ocupação e de exploração. Depois de cem anos, cada um redescobriu os seus direitos, nós construiremos o nosso edifício demolindo um estado que vivia no interior do nosso estado; o canal do Suez para o interesse do Egipto e não para a sua exploração. (...) Em quatro anos sentimos que nos tornámos mais fortes e corajosos, e assim como podemos destronar o rei a 26 de Julho, no mesmo dia nacionalizaremos a Companhia do canal do Suez."*, *Discours de Gamal Abdel Nasser, 26 Juillet 1956*, consultado a 2 de Maio de 2004, in <http://fr.encyclopedia.yahoo.com/media/xtr12/d02311.html> .

braços com uma feroz guerra na Argélia, estava ainda em piores condições.²² Por seu lado, Israel sentia-se ameaçado por um vizinho que se preparava para alcançar um equilíbrio, senão uma supremacia militar, num curto espaço de tempo. Tal era visto como o fim do estado de Israel, pelo que urgia tudo fazer para travar, atempadamente, a situação.

Encontramos, pois, três estados poderosos que desejam a queda de Nasser: Inglaterra e França, duas grandes potências e Israel, um estado industrializado e com grandes apoios internacionais. A reacção dos três países não se faz esperar. Julgando conseguir divididos dos problemas que a União Soviética enfrentava, primeiro na Polónia e depois na Hungria, onde a insurreição levou à necessidade de uma invasão por parte das tropas soviéticas para recuperarem o seu controle,²³ França e Inglaterra acreditavam que a grande potência do leste estaria demasiado empenhada nos seus problemas próximos para intervir ou dificultar de sobremaneira, uma intervenção naquela zona do globo. No entanto, tal não se veio a verificar e o Marechal Bulganine, chefe do governo soviético de Nikita Khrushchev, manifestou veementemente a hostilidade soviética a uma intervenção contra Nasser em termos muito ameaçadores, nomeadamente “que havia o perigo de as pequenas guerras se transformarem em grandes guerras,”²⁴ acenando com o perigo da União Soviética recorrer a armas não convencionais. Também pressionou fortemente Israel para que abandonasse as posições no Egipto, mandando regressar a Moscovo o seu embaixador e ameaçando com uma intervenção militar.

Se bem que o perigo de utilização de armas nucleares contra a França e a Inglaterra fosse muito pequeno, atendendo às reais capacidades soviéticas e à clara supremacia

22 “Agora o Norte de África aparecia com regularidade nas notícias. Na Argélia, nessa Primavera, a área dominada pelas guerrilhas rebeldes continuava a aumentar. Cada dia trazia uma nova lista de baixas, incluindo, pela primeira vez desde que tinham começado as perturbações, algumas baixas entre os civis franceses. Os ‘fellagha’ desciam ominosamente da montanha para a planície (...) notava-se uma apreensão colectiva inarticulada e desanimada sobre o resultado de um conjunto de acontecimentos por demais familiar e crescia a ansiedade sobre os amigos e parentes que lá viviam ou combatiam.” Herbert Steinhouse, *Frente Argelina, FLN-OAS*, Ulisseia, Lisboa, s.d., pp. 15 e 16.

23 Este objectivo não só saiu gorado, como, pelo contrário, dele se aproveitou a União Soviética para esmagar impunemente a insurreição húngara. Com todas as atenções viradas para o Médio Oriente, a 27 de Outubro Imre Nagy forma um governo de união nacional e, a 1 de Novembro, declara a neutralidade da Hungria e a sua saída do Pacto de Varsóvia. A 4 de Novembro 200 mil homens e 2000 tanques invadem o país, que a 13 de Novembro vê anunciado, por Janos Kadar, o governo revolucionário de cariz soviético. Dois anos depois Nagy e outros dirigentes da revolução foram fuzilados na Roménia. Perderam a vida nestes confrontos mais de três milhares de húngaros e cerca de 200 mil tiveram de fugir do país.

24 Carta de Bulganine a Anthony Eden a 12/9/1956, publicada no *Izvestia* (23/4/56) e no *Soviet News* (29/4/1957).

americana nesse domínio e pela sua afirmação peremptória que, embora não intervindo no conflito, agiriam em conformidade com o texto da Aliança Atlântica, caso algum dos seus membros fosse directamente atacado por terceiros, não era de excluir uma intervenção convencional de tropas voluntárias soviéticas e chinesas. Efectivamente, já se encontravam no Egipto armas e instrutores do bloco de leste, pelo que a possibilidade de reforço desses contingentes tinha que ser equacionada, não só pelas dificuldades acrescidas em termos militares, como pelas consequências políticas, já que tal representaria uma escalada na gravidade e complexidade do conflito.

A questão do Suez ficou marcada pela resposta Franco-Britânica à nacionalização protagonizada por Nasser, vista como uma atitude provocatória, tanto mais que, de acordo com o estabelecido, o canal passaria automaticamente para o controle egípcio em 1968. Imediatamente, ambos os países, ameaçaram retomar o canal pela força se Nasser não reconsiderasse. Contudo, a recusa do apoio dos Estados Unidos, deixou-os numa situação embaraçosa, por não disporem, num curto espaço de tempo, de uma força suficientemente forte em termos operacionais para levarem a cabo essa missão. A própria aliança começava a dar mostras de alguma fragilidade e falta de coordenação,²⁵ a uma vontade de intervir por parte da França, dirigida por Guy de Mollet, com o que houvesse disponível e, supomos, contando com a colaboração e o apoio de Israel, opunha-se à posição britânica, mais diplomática e com maior inércia, fruto de um recém empossado Anthony Eden, largos anos ministro dos negócios estrangeiros do *imortal* Winston Churchill, que apostava no *bluff* e que, até à última hora, acreditou que o Egipto procuraria chegar a um entendimento e retiraria. Nesta expectativa, multiplicava contactos a procurar a participação americana, infortunadamente num ano de eleições em que Eisenhower procurava sobretudo não comprometer a sua reeleição, definia o tipo de corpo expedicionário a enviar, quais seriam as hierarquias de comando, quais os apoios europeus que conseguiria obter e todo um conjunto de manobras dilatórias que só faziam irritar os franceses e perder o *timing* certo para a intervenção.

Um último problema perturbava ainda a aliança e os estratégias políticos e militares

25 Esta dificuldade de coordenação foi uma constante de toda a operação. Um exemplo hilariante surgiu logo com o nome de código da operação. Esta era para se designar Hamilcar, e já os ingleses tinham pintado numerosos H nos tejadilhos dos seus veículos para o reconhecimento aéreo, quando verificaram que os franceses escreviam A, pois em francês escrevia-se Amílcar e não Hamilcar. Decidiu-se alterar o nome de código para operação Mosqueteiro, pois, pelo menos, começava pela mesma letra em ambas as línguas. Depois a própria logística: dever-se-iam levar termómetros centígrados ou fahrenheit? Vinho ou chá? Cf. Hugh Thomas, Op. Cit. pp. 96-98.

das grandes potências. Esta questão, à primeira vista eminentemente política, tinha, no entanto, que considerar a componente militar associada. Qual o objectivo político da intervenção? Limitar-se-ia a conquistar posições estratégicas na zona do canal, o que seria a repetição da situação que tornada insustentável pelos constantes ataques levava os ingleses a retirar as suas forças? Seria avançar até ao Cairo e depor Nasser? Tal possibilidade revelava-se ainda mais difícil de concretizar, pois como fazê-lo? Atacando por Alexandria ou pela zona do canal? Quem garantiria que Nasser seria apanhado e não retirasse, encabeçando depois a resistência ao invasor? Esta hipótese só conduziria a uma muito maior necessidade de permanência de tropas, que ambos os países não podiam dispor e a um aumento da área a proteger e conseqüentemente a expor aos ataques egípcios, não falando das repercussões a nível internacional que seriam muito mais difíceis de calcular e minimizar.²⁶

Toda esta questão parece não ter sido devidamente escalpelizada pelas duas potências, por um lado, pressionadas pelas suas opiniões públicas e pelos seus interesses estratégicos, por outro, sem conseguirem encontrar no terreno e no quadro internacional o conjunto de soluções fundamentais para as suas necessidades. De facto, a saída conveniente para a política Franco-britânica no canal não era fácil de encontrar, talvez porque, partindo do pressuposto de uma intervenção militar na área,²⁷ ela não existisse na conjuntura que então se apresentava. Desta forma, a expedição aliada ao Egipto estava condenada ao fracasso ainda antes de se iniciar, a época das conquistas europeias terminara e só a França e a Inglaterra pareceram não se terem apercebido disso.

26 Segundo Hugh Thomas, Op. Cit. pp. 99, " *os políticos teriam imaginado que Nasser cairia, provavelmente antes de os exércitos terem chegado ao Cairo.*" Não se sabendo mais sob se efectivamente foram tomadas quaisquer medidas para que tal acontecesse, não nos parece plausível aceitar esta opinião, tanto mais que quando se deu o ataque, Nasser estava no poder e, a ter havido qualquer plano nesse sentido, ter-se-ia que prever a contingência de tal dado não se verificar. Contudo, parece-nos certo que houve uma deficiente planificação política, teoria que a suspensão tão precoce do ataque só parece confirmar, já que se o Cairo fosse o objectivo a atingir, a política Franco-britânica teria protelado a negociação da retirada, como aliás fizeram os israelitas, dando tempo a que as forças no terreno alcançassem os seus objectivos estratégicos. Contudo, como vimos, parece-nos que esta ausência de estratégia obrigou a ter que se optar pela política do mal menor.

27 Desde o início, a única possibilidade encarada como possível, mas que, como vimos, estava longe de ser acertada. O caso do Suez, a intervenção armada que originou e a retirada forçada e desprestigiante que se lhe seguiu, influenciou decisivamente todos os processos de descolonização subsequentes, cuja solução nunca poderia passar pela tentativa de manter, indefinidamente, uma posição marcada exclusivamente pela força militar. A descolonização poder-se-ia ter efectuado pela adopção de uma solução federativa ou confederativa. A ideia, surgida na viragem do século XX é, aliás, anterior aos processos revolucionários de descolonização. No caso português refiram-se, por exemplo, os nomes de Eduardo Costa, José de Macedo e Marnoco e Sousa.

5. A Posição de Israel

Com a nacionalização da companhia do canal do Suez e com os dividendos da sua exploração, Nasser esperava conseguir os fundos necessários para fazer frente às necessidades financeiras dos seus objectivos políticos e geo-estratégicos, construir um Egipto moderno e industrializado e equipar-se militarmente para se tornar uma potência regional, aumentando a sua capacidade bélica. Sendo o país mais populoso do mundo árabe com os seus 45 milhões de habitantes, que somados a uma aproximação à União Soviética e a uma fonte de receita capaz de financiar o equipamento de um exército poderoso, converte-se num elemento gerador de grande desequilíbrio para a região, sobretudo para a sobrevivência de Israel que acreditava ser o primeiro alvo do Egipto. A própria situação geográfica de Israel era, e é, militarmente desfavorável por diversas razões. Os países vizinhos, à excepção do Egipto, dispõem da vantagem topográfica dos montes Hermon, Golã e Hebron, elevações que permitem à artilharia, locais de fogo privilegiados e pontos de observação por excelência, para a compreensão dos movimentos militares das forças israelitas. Para além desta desvantagem, é um estado rodeado de inimigos muitíssimo mais numerosos, que nunca aceitaram a existência de Israel. Há que contar ainda com a dependência da água proveniente do rio Jordão, o único rio importante de Israel, que nasce na zona do anti-libano, portanto fora das suas fronteiras. Dada a escassa pluviosidade em toda a região, a água deste rio é indispensável para Israel levando a inúmeros conflitos com os países árabes vizinhos, que por diversas vezes tentaram desviar o curso do rio dentro das suas fronteiras, nomeadamente a partir do desvio das fontes dos rios Baniyas e Hatzabani. Foi a partir da água do rio Jordão, captada principalmente a sul do lago Tiberíades que Israel, através de uma extensa rede de canais que se estendem até o norte do deserto de Neguev, conseguiu fazer florescer a sua agricultura e tornar habitável essa região. Os conflitos motivados pela questão da água originaram numerosos incidentes militares com a Síria, levando a ataques israelitas sempre que a engenharia do país vizinho ameaçava desviar ou reduzir o caudal do Jordão.

Sendo um território pouco vasto, em que as distâncias são muito reduzidas, aqui verdadeiramente se aplica a locução latina *si vis pacem, para bellum*, uma vez que Israel não pode manobrar sem ter que consentir perdas estratégicas importantes, pelo que são forçados a optar quase sempre por guerras ofensivas e a jogar na antecipação.²⁸ Na

²⁸ O mesmo virá a acontecer na Guerra dos Seis Dias em 1967, logo após a retirada das forças da ONU da península do Sinai. A 16 de Maio desse mesmo ano, os egípcios reocuparam a península do Sinai insta-

previsão da contingência da defesa do seu território necessitar da anexação desses locais, para garantir as zonas tampão que lhes permitissem aumentar a sua margem de manobra militar, já em 1955, com o regresso ao poder de Ben Gurion, fora solicitado ao estado-maior que estudasse a opção de invadir o Sinai, na eventualidade de tal se vir a revelar necessário. Todos os sinais evidenciavam um ataque eminente, como o reforço militar, os deslocamentos de tropas, o recrudescimento dos ataques e sabotagens terroristas e a constante propaganda intimidatória, que apelava ao levantamento árabe, oriunda sobretudo da Rádio Cairo e dos dirigentes árabes. A análise política parecia não deixar margens para dúvidas de que um ataque árabe seria inevitável, sensibilizando a opinião pública israelita para a necessidade e premência da guerra.

Após esta conclusão, apenas restava tentar perceber quando e como se daria e qual a melhor forma de se lhe oporem. Ora, os acontecimentos nesse Outono de 1956 corriam de feição para os israelitas, com a eminente invasão, das forças Franco-britânicas. Talvez nunca saibamos ao certo o que foi ou não acordado, uma vez que nenhuma das partes o divulgou publicamente, porém, militar e politicamente, não poderia haver maior

lando cinco divisões de infantaria e duas divisões de blindados. Durante a trégua que se seguiu a 1956, os Egípcios tinham-se equipado com armamento soviético muito sofisticado e em grande número, como os aviões *Mig 21* e os tanques T55. Numa ação preventiva, na iminência de um ataque por parte dos estados árabes a necessidade de avançar era ditada pela imperiosidade de aniquilar a supremacia inimiga, sobretudo em termos de efectivos aéreos. Tal decisão permitiu aos israelitas vencerem, claramente, as forças egípcias e forçar Nasser a pedir o cessar-fogo. Foi determinante, uma vez mais, o efeito surpresa, que possibilitou a Israel desencadear um ataque relâmpago com a sua aviação, conseguindo destruir grande parte da força aérea egípcia com os aparelhos apanhados no solo.

Já na Guerra do Yom Kypur, em 1973, foram os Egípcios e os Sírios a tomar a ofensiva e a atacarem Israel simultaneamente nas duas frentes, procurando uma demorada guerra de desgaste, mais estática, que quase conseguiu levar de vencida os israelitas, cujos efectivos, se bem que melhor equipados eram muito menos numerosos do que os dos seus inimigos. Valeu-lhes, então, a *zona tampão* do Sinai, (ocupada desde 1967 e só devolvida aos egípcios nos acordos de Camp David em 1982) que lhes permitiu enfrentar em primeiro lugar os sírios a Norte e só depois acorrerem à frente Oeste, onde a necessidade do Egipto, agora liderado por Anwar Sadat, em obter vitórias visíveis era vital em termos internacionais. Esta necessidade levou a que o Egipto abandonasse a sua posição defensiva, que lhes era favorável, permitindo a Israel obter nova vitória. A posição egípcia só não saiu mais enfraquecida desta derrota militar, desta feita, devido ao embargo de exportação de petróleo, que originou a mais grave crise petrolífera de sempre e pressionou Israel para terminar o seu avanço e aceitar o cessar-fogo. No entanto, Israel não só se manteve nos territórios ocupados como ainda os aumentou, recolhendo elevados despojos militares.

No caso da primeira guerra do golfo, Israel, atendendo aos inúmeros pedidos da comunidade internacional, não respondeu aos ataques dos mísseis *Scud* de Saddam Hussein. Pensamos que foi a única ocasião em que Israel foi atacado sem resposta. No entanto, não só não estava em causa o perigo de uma invasão do seu território, como antes do deflagrar do conflito Israel já tinha procedido a raids aéreos cirúrgicos contra alvos no Iraque. De salientar também a importância dos mísseis anti balísticos *Patriot* instalados pelos americanos e as inúmeras contrapartidas políticas e militares que Israel recebeu.

coincidência de interesses. Pelo lado de Israel, era evidente o interesse do Egipto ser forçado a concentrar os seus efectivos em duas frentes, obrigando a desguarnecer as fronteiras com Israel, que não saberiam se atacaria ou não, na tentativa de ficar atento e reforçar o mais possível a zona do canal. Apesar de não lhes interessar ocupar a península do Sinai, era-lhes necessário destroçar o exército egípcio, que se tornara uma ameaça muito séria para o estado israelita. Tal teria que ser efectuado através de um ataque relâmpago, já que um ataque mais tático e formal exigiria recursos militares de que Israel não dispunha. Feitas as contas, certamente, Israel não voltaria a dispor de melhor ocasião para atacar e libertar-se do perigo egípcio.

Politicamente, o ataque era justificado pelo encerramento egípcio do porto de Elat, única saída para o mar Vermelho, que abria o acesso ao Índico e por onde entrava cerca de 90% do abastecimento petrolífero, principalmente proveniente do Irão. Através do bloqueio do estreito de Tiran, efectuado a partir de Sharm el Sheikh, uma vez que a navegação no canal de Suez lhes estava vedada, o comércio marítimo de Israel ficava, naturalmente, muito condicionado. Podiam assim alegar que estavam a ser vítimas de uma asfixia comercial, do desrespeito das normas da navegação internacional e de uma estigmatização no que respeitava à livre circulação no canal.

Para os aliados, esta abertura de uma nova frente era, obviamente, muito vantajosa por dois grandes motivos: em primeiro lugar dispersava as forças egípcias da zona do canal, já que teriam que acorrer ao ataque a leste e, sobretudo, dava-lhes a legitimação internacional possível, na medida em que, de facto, já não iriam despoletar nenhuma guerra, mas apenas intervir ao serem confrontados com uma guerra em curso, que iriam pacificar na salvaguarda dos seus interesses no canal. A 30 de Outubro, já com os israelitas a avançar, “emitiram um ultimato conjunto ao Egipto e a Israel, exigindo o fim das hostilidades e a retirada de todas as forças para uma distância de 16 km do canal. Exigiam ainda o direito de ocupar Port Said, Ismailia e Suez, com o fim de garantirem a navegação ao longo do canal.”²⁹ Este ultimato é recusado pelo Egipto o que lhes dá o pretexto para se envolverem directamente nos acontecimentos. Bem analisada a situação, a Israel nada prejudicavam as exigências dos aliados, já que procurava apenas garantir pesadas perdas ao exército egípcio, para o que não necessitavam de se aproximarem do limite de exclusão. Além disso, Nasser nunca poderia aceitar, a não ser que retirasse do canal, abdicando das suas reivindicações e deixasse as suas forças a leste sem ligações e

29 Willmott, H.P., “Malogro do Suez”, in *A Guerra no Mundo Depois de 1945*, Verbo, Lisboa, 1983, pp. 88-100, p.96.

entregues ao ataque israelita. Se bem que não existam provas documentais de uma combinação estratégica entre os três estados que em 1956 atacaram o Egipto, os factos são que, a ter havido alguma negociação, dificilmente ela poderia ter surtido melhores efeitos que os que verdadeiramente proporcionou. Houve a garantia da parte dos aliados de que a sua força aérea, numa primeira fase protegeria os céus de Israel e sabia-se que a primeira intervenção aliada seria o bombardeamento das posições aero-estratégicas do Egipto. Com o controle dos ares garantido e com as forças de Nasser hesitantes entre a que frente acorrer, a Israel restava somente esperar para contabilizar os efectivos perdidos pelo Egipto.

6. O Ataque Israelita

A 29 de Outubro de 1956, Israel desencadeou a operação Kadesh, desenvolvendo um ataque em várias frentes com efectivos muito bem treinados, motivados e comandados. Chefiados por Moshe Dayan, contam com um efectivo de cerca de 45 mil homens, 130 aviões de combate e 180 tanques,³⁰ contra uma força egípcia um pouco menos numerosa.³¹ O ataque estaria projectado para ser cumprido em várias fases. Dependendo dos resultados e do desenrolar da situação por parte dos aliados, a força israelita prosseguiria ou não os objectivos seguintes sendo, portanto um plano bastante flexível, permitindo recuar ou avançar por etapas consoante o desenrolar dos acontecimentos. Nasser terá sido apanhado desprevenido e ficado em dúvida: tratar-se-ia de uma incursão punitiva ou de uma invasão de maiores dimensões? Deveria enviar reforços ou concentrar-se no canal?

Esta indecisão, fruto de uma desadequada ponderação estratégica, é explicada pela estratégia de represálias que Israel vinha adoptando desde 1951 e que ainda hoje mantém. Possivelmente, nem os próprios israelitas o sabiam, apenas estavam certos de se tratar de uma conjuntura por excelência que não podiam desperdiçar e, para a aproveitarem devidamente, deviam proceder com o máximo de oportunidade capitalizando os resultados obtidos antes de procederem à fase seguinte.

30 Cf. Michael Orr, "Ataque Israelita ao Sinai", in *A Guerra no Mundo...*, Verbo, Lisboa, 1983, pp. 101-107, p.103.

31 *Idem, Ibidem*, p.103, 40 mil homens, 60 aviões de combate e 150 tanques.

A operação inicia-se com o lançamento aerotransportado de um batalhão da 202ª brigada de pára-quedistas a oeste do desfiladeiro de Mitla, posição que ameaçava directamente a estrada que liga a cidade de Suez ao centro da península do Sinai. Os restantes efectivos da brigada atacam por terra o posto fronteiriço de El Kuntilla, que controlam e avançam na direcção do desfiladeiro de Mitla. A norte atacam e ocupam a faixa de Gaza, com a 1ª e 12ª brigadas de infantaria, apoiados pela 27ª brigada de blindados; para Sul empregaram, inicialmente, a 9ª brigada de infantaria a que se juntaria a 202ª brigada de pára-quedistas, na tomada de Sharm el Sheikh., após contornar o Sinai pela costa oeste. Para Oeste dirigiram, junto à costa, a 27ª brigada de blindados e, pelo interior, atacando Abu Aweigila as 4ª e 10ª brigadas de infantaria, a 37ª brigada mecanizada e a 7ª brigada de blindados. O local que apresentou maior dificuldade foi Abu Aweigila, sustendo inicialmente o ataque graças a uma forte guarnição entrincheirada. Por essa altura, devido ao início dos bombardeamentos aliados, as forças egípcias recebem ordens para retirarem do Sinai, para as posições de El Qantara, Ismailia e Suez. As forças israelitas aproveitam a debandada egípcia para conquistarem as posições chave de Abu Aweigila, El Arish, Bir Girgafa e Mitla, e para destruir ou capturar o máximo possível de equipamento militar. O ataque israelita, após ter alcançado todos os objectivos no Sinai, termina a 5 de Novembro, com a conquista de Sharm el Sheikh o que permite a reabertura do estreito de Tiran e a navegação do porto de Elat. Como balanço final³² desta ofensiva israelita resultaram 1500 baixas egípcias para 181 israelitas, que fizeram ainda cerca de 6 mil prisioneiros e capturaram equipamento militar avaliado em 50 milhões de dólares. Se somarmos as perdas egípcias sofridas nos ataques das forças aliadas,³³ sobretudo as provocadas pelos bombardeamentos aéreos, verifica-se que este conflito vai resultar praticamente na destruição operacional do exército egípcio e no fortalecimento do exército israelita. Em termos de capital psicológico, esta vitória é esmagadora para as forças árabes e determinante para as forças de Israel consolidarem a fama da sua invencibilidade, ajudando a conseguir os dividendos que irão permitir o

32 Michael Orr, "Ataque Israelita ao Sinai", p.103. Hugh Thomas, *O Caso Suez* p. 202, refere as perdas israelitas como tendo sido inferiores a 200 homens e cerca de 2000 egípcios.

33 Segundo as fontes citadas por Hugh Thomas, *O Caso Suez* p.212, o Egipto terá perdido entre 650 e 1000 homens e 260 aviões. Quanto aos aliados terão sofrido a perda de 20 ingleses, 10 franceses e 10 aviões, quatro dos quais em acidentes. Segundo Willmott, "O malogro do Suez", p. 99, terão morrido 22 militares ingleses, 10 franceses e perdido 10 aviões, sendo 8 ingleses e 2 franceses, especificando que 5 aviões ingleses foram abatidos e 3 acidentados, que um avião francês desapareceu e outro sofreu um acidente.

estabelecimento de um equilíbrio em que o confronto directo será evitado e temido. Pela segunda vez, haviam-se imposto militarmente de forma peremptória.

7. A Intervenção Franco-Britânica

A *Operação Mosqueteiro*, nome de código do ataque Franco-britânico iniciou-se a 31 de Outubro, sendo efectuadas operações de bombardeamento aéreo sobre as posições egípcias. A 2 e 3 de Novembro é enviado o corpo expedicionário com vista a garantir o controle de Port Said, Port Fouad, Ismailia, El Quantara e Suez. Os desembarques mais importantes dar-se-ão nos dias 4 e 5 de Novembro.

As forças europeias presentes envolveram cerca de 90 mil homens e desenrolaram um plano de ataque concertado em três fases distintas. A primeira fase visava estabelecer a hegemonia aérea e enfraquecer as defesas terrestres egípcias, seguir-se-ia o lançamento de unidades pára-quedistas com o objectivo de ocuparem os pontos estratégicos, como aeródromos e os portos Said e Fouat, contando com o apoio aéreo e da artilharia naval dos vasos de guerra que, posicionados no Mediterrâneo, garantiam a escolta aos navios que transportavam as tropas de desembarque. Finalmente, desembarcadas as forças, passariam a contar com o apoio de forças blindadas, artilharia e engenharia.

A estrutura de comando obedeceu ao princípio de entregar os diversos comandos à Inglaterra, por ser o estado que disponibilizava maior número de efectivos, que seriam coadjuvados por um homólogo francês. O comandante supremo designado foi o general Charles Keightley, coadjuvado pelo vice-almirante francês Barjot. As forças terrestres ficavam sob a alçada do general Hugh Stockwell e do general André Beaufre; as forças navais seriam comandadas pelo almirante Maxwell Richmond e o seu adjunto contra-almirante Lancelot; quanto à força aérea seria entregue ao comando do marechal Barnett e ao general Brohon.

As principais forças inglesas envolvidas foram: o 3º grupo de batalhões pára-quedistas, os 40º, 42º e 45º regimentos de comandos fuzileiros, 2 batalhões da 16ª brigada pára-quedista, um esquadrão de engenharia e de blindados e o 6º regimento real de carros de combate. Contavam ainda com cerca de 100 navios dos 130 envolvidos, bem como cerca de 300 aviões e helicópteros estacionados nos porta-aviões Bulwark, Ocean e Theseus, juntamente com tropas de combate. Quanto aos franceses utilizaram a famosa 10ª divisão colonial francesa de pára-quedistas, chefiada pelo general

Massu, veterana dos duros combates da Indochina e da Argélia, o 3º regimento de comandos da marinha, dois esquadrões de blindados AMX, um esquadrão de carros de combate Patton e outro de engenharia. Contavam, ainda com dois porta-aviões e cerca de 200 aviões.

Apanhados em duas frentes as forças egípcias, mal preparadas e enquadradas, não conseguiram causar qualquer problema aos avanços das forças Franco-britânicas, compostas por corpos de elite, bem treinados e com grande experiência como tropas de choque, reflectindo a fraca organização e motivação já demonstrada frente às forças israelitas. No dia 6 de Novembro Port-Fouad e Port-Said, situados nas duas margens do canal, tinham sido tomados e, na *limpeza* de Port-Said, foi utilizado pela primeira vez um ataque heli-transportado em larga escala,³⁴ com o envio do 45º regimento de comandos ingleses. Por sua vez os franceses reforçaram as suas posições em Port-Fouad com uma unidade aerotransportada da legião estrangeira e três regimentos de comandos, enquadrados por blindados. Antes do cessar-fogo, anunciado pelos ingleses às 19 horas locais, os comandantes no terreno conseguiram ainda alargar a sua posição ligando Port-Said às testas-de-ponte mais a sul, designadamente a El Cap e El Qantara.³⁵

34 Uma força de 400 homens procedente dos porta-aviões Ocean e Theseus. Esta novidade táctica irá determinar a imprescindibilidade da polivalência do helicóptero nos conflitos seguintes, nomeadamente na Argélia e no Vietname. Desde então, tornou-se, nas suas várias funções uma arma de extrema importância, que encontramos presente em todos os conflitos com provas dadas da sua eficácia. Não descurando nenhuma das outras funções do helicóptero, estes aparelhos tornaram-se essenciais, dada a sua capacidade de operarem em espaços reduzidos, para a evacuação de feridos, permitindo elevar a moral dos combatentes. A título de exemplo, se bem que em sentido contrário, na nossa guerra colonial, sobretudo no teatro de operações da Guiné-Bissau, o aparecimento dos mísseis terra-ar *Stella* levou a que a operacionalidade dos meios aéreos ficasse reduzida, causando uma forte quebra na moral, reflectida na vontade de combater dos efectivos portugueses. Neste conflito destaca-se ainda a estreia de outra novidade táctica e técnica muito importante, que se irá desenvolver e tornar num tipo de armamento imprescindível as quaisquer forças armadas. Pela primeira vez foram utilizados num conflito mísseis teleguiados, os *Nord SS Antitanque* franceses, empregues pelas forças israelitas contra posições egípcias em Abu Aweigila.

35 O ataque ao Egipto é descrito no romance de Jean Larteguy, *Os Centuriões*, pp. 417- 421, patenteando o ambiente vivido pelos intervenientes franceses na sua mescla de emoções. Uma primeira fase de alguma alegria, por acreditarem estar a fazer uma guerra com séria importância na resolução do conflito da Argélia e, depois, com a retirada, a tristeza da humilhação e a certeza de que a posição francesa na colónia francesa perdera-se no Egipto.

8. O Desfecho da Crise do Suez

Os Estados Unidos e a União Soviética, para o efeito de acordo, opõem-se veementemente à intervenção Franco-britânica. Os soviéticos elevam o seu discurso à ameaça nuclear, caso Londres e Paris não retirem as suas forças e os Estados Unidos, liderados pelo presidente Eisenhower, provocam uma queda da libra inglesa no mercado através da venda maciça desta moeda. A Inglaterra é forçada a recuar e à França não resta outra alternativa senão acompanhá-la. As suas tropas são substituídas, devido à pressão internacional, por uma força militar de interposição da ONU,³⁶ que ocupa a península do Sinai. As últimas forças israelitas abandonam o Sinai em Março de 1957.

Os políticos Guy Mollet e Anthony Eden são os grandes derrotados. O primeiro ficará para a história como o mal amado e, apesar de ter sido um dos obreiros da União Europeia, o Caso Suez e o agravamento da guerra da Argélia, levarão ao seu afastamento e à queda da IV República francesa com a subida de De Gaulle ao poder em 1958. Anthony Eden, tornado como principal responsável pela humilhação britânica, abandona a política no ano seguinte. Também as pretensões e posses coloniais europeias se encaminharão para um ponto de não retorno que culminará com a perda das colónias portuguesas após a revolução de 25 de Abril de 1974.³⁷ O caso do Suez é o marco de um ciclo que se encerra. A época do colonialismo europeu terminara e com ele terminou também a simplificação do mundo que a sua artificialidade permitira. Com a retirada das potências coloniais, as diversidades étnicas, religiosas e tribais vão despontar dentro

36 O acordo do envio desta força foi proposto pelo ministro dos assuntos exteriores do Canadá, Lester Pearson, e aceite mediante um duplo acordo de *boa vontade*, o primeiro estabelecido entre o secretário-geral da ONU Dag Hammarskjöld e Nasser e o segundo entre o secretário de estado norte americano Foster Dulles e Golda Meir, à altura ministra dos negócios estrangeiros de Israel.

37 Este processo de descolonização foi sucedido por um neo-colonialismo de carácter financeiro e por uma luta pelo controle geo-estratégico travada pelos EUA e a URSS, que apenas fez agravar os problemas estruturais dos países do 3º mundo. O caso da descolonização portuguesa, e este “*condomínio de responsabilidade russo-americana do mundo*” (Cf. p.141 da obra a seguir citada) encontra-se bem explícito em Adriano Moreira, *O novíssimo Príncipe. Análise da Revolução, Intervenção*, Braga, 2ªEd., 1977. Na mesma linha, com a particularidade de ser anterior ao 25 de Abril de 1974, deve-se salientar, igualmente, a profunda análise de António de Spínola, *Portugal e o Futuro*, Editorial Arcádia, s.l., 3ªEd., 1974. Em ambos os autores, directamente intervenientes na direcção da política portuguesa neste processo iniciado em 1961, encontram-se patentes duas ideias chave: primeira a da insustentabilidade da manutenção de um estado de guerra por parte de Portugal; segunda, decorrente da primeira, que a intervenção militar, sendo necessária, teria que ter em vista um objectivo político muito claro, que era o de garantir o tempo necessário a uma resolução política do conflito. Tal não foi conseguido e levou, como sucedeu em França no caso do Suez e da Argélia, à queda dos políticos e do próprio regime, na França da IV República e em Portugal, onde as condições eram muito diversas, à queda do regime totalitário de então.

de umas fronteiras traçadas a régua e esquadro, reacendendo velhos ódios e conflitos que permaneceram latentes, mas que foram atenuados neste período. Este aspecto terá particular relevância em África, onde os massacres e as guerras continuam uma constante até aos dias de hoje. No preciso momento em que se escrevem estas linhas, no Sudão ocidental (províncias de Darfur) morrem à fome mais de um milhão de refugiados, fugidos de uma guerra civil que, estamos certos, não perceberão os motivos.³⁸ Aqui não se colocam bombas, porque não as há, nem se atiram pedras, porque nem para isso há... força suficiente.

Nasser sai como o grande triunfador desta crise e assume o papel de grande herói do mundo árabe e do terceiro mundo em geral. Apesar de não ter obtido nenhuma vitória militar, antes pelo contrário apenas contar com derrotas e com a perda do seu exército, as suas vitórias no campo diplomático internacional serão importantes. Desde logo, o ter sobrevivido a um conflito com as três potências mais significativas da região e, assim, ganhar maior protagonismo quer a nível local, com a federação da República Árabe Unida, que ligou o Egipto à Síria de 1958 a 1960, quer a nível internacional, com a imagem de Nasser a aumentar o seu carisma, capitalizando a sua posição na Liga Árabe, nos Países Não Alinhados e na OUA.

Finalmente, conseguindo a condenação pela ONU da invasão, consegue antagonizar franceses e ingleses com os Estados Unidos da América e, ainda, o endurecimento de posições por parte da União Soviética, que chegara à ameaça nuclear. Neste ano, a primavera de Khrushchev termina também. A partir da invasão da Hungria dar-se-á um agravamento da tensão entre os dois blocos que atingirá o seu clímax em 1962, com a crise dos mísseis em Cuba. Com este panorama como campo de fundo, Nasser consegue o apoio soviético para o Egipto, bem como incitar o mundo árabe a apoiar activamente a causa palestina e os movimentos de resistência que se começam a formar.³⁹ Em 1964 sob direcção de Ahmed Chuqary, homem ligado aos serviços secretos egípcios, impuls-

38 O caso sudanês é paradigmático. A sua população integra mais de 500 etnias falando cerca de duzentos dialectos, sendo a grande diferenciação a origem negra ou árabe. Estes, têm procedido, de forma sistemática, à eliminação dos negros com quem recusam viver. Assiste-se, pois, a um claríssimo genocídio.

39 Dentro das inúmeras organizações podemos destacar: a Fatah, FPLP, OLP, NAYP, Hamas, Hezbollah, Djihad islâmica e as suas múltiplas ramificações, estratégia típica de organizações terroristas que visam a descentralização por células independentes (tal como a Al Qaeda) que dificultam a sua detecção e permitem a continuação das acções mesmo em caso de eliminação de um ou mais núcleos, que se irão associar a outras organizações terroristas como a ETA, o IRA, as Brigadas Vermelhas, Setembro Negro, Baader-Meinhof, Exército Vermelho Japonês, etc.

ona a criação da Organização de Libertação da Palestina (OLP) que virá a ser chefiada, a partir de 1969, por Yasser Arafat.⁴⁰

Os dias que antecederam a guerra dos seis dias de 1967, ainda preservam um sentimento de vingança da invasão do Sinai de 1956, e a propaganda árabe, que firmemente convencia a eminência da destruição de Israel, dizia no programa *Voz dos Árabes*, da Rádio Cairo: “nós temos pena de vocês judeus. Como vos lastimamos, Santo Deus! Esta é a nossa vingança pelo Suez e pela agressão de 1956.”⁴¹ Com a esmagadora derrota que se sucedeu e com os inúmeros territórios ocupados por Israel e um elevadíssimo número de refugiados dispostos a tudo, o conflito extravasou não só as fronteiras como a região, fazendo da década de 70 a década do início do terrorismo internacional.

Israel após retirar da península do Sinai irá dispor de um período de alguma acalmia. Pese embora o perigo sempre constante de ataques árabes, o número de civis israelitas mortos em atentados desceu significativamente, se considerarmos que entre 1949 e 1956 morreram 486 pessoas e entre 1957 e 1967 morrerão 189.⁴² No período subsequente ao conflito do Suez, em Israel a população irá triplicar e o índice anual de crescimento ultrapassará os 10%, número apenas acompanhado pelo Japão. Com o aumento da tranquilidade proporcionada pela destruição do grosso do exército egípcio e depois pelo atoleiro que constituirá para Nasser a sua intervenção no Lémen, onde chegou a ter 50 mil homens, e aproveitando os conflitos e desentendimentos entre os diversos estados árabes, Israel pôde dedicar-se ao seu desenvolvimento económico e ao rearmamento e melhoramento progressivo do seu exército.

No que respeita ao canal e à sua importância estratégica, a política de Nasser, expressa eloquentemente pelo administrador egípcio do novo organismo de gestão do canal, El Hefnaoui, que afirma que “os utilizadores do canal passariam a ser clientes do Egipto”,⁴³ levou a que se começasse a equacionar e a operar a deslocação estratégica da zona do canal, com a procura de novos produtores de petróleo e de novas formas de o comerciar. O bloqueio do canal em 1956, sendo um sério aviso para a contingência que constituía a dependência daquela rota, foi efectivado, sobretudo com a guerra de 1967, que levou à inoperacionalidade do canal por um período de oito anos. Esta situação

40 Cujo nome verdadeiro era Abu Ammar. Apesar de o local, a data do seu nascimento e a sua juventude permanecerem envoltos em grande mistério crê-se que terá nascido no Cairo em 1929.

41 Programa *Voz dos Árabes*, da Rádio Cairo de 22 de Maio de 1967. *Apud* William Stevenson, *Israel, 6 dias de Guerra*, Início, Lisboa, 1967, p.54.

42 Números extraídos de Michael B. Oren, *La Guerra de los Seis Dias...*, p.46.

43 Declarações a F. Charles-Roux, no *Le Monde*, 1 de Dezembro de 1956, *apud* Luc Marion, *L'introuvable neutralisation du canal de Suez*, I. S. C., s.d., in www.stratisc.org, 26 web pp., retirado em 22 de Julho de 2004.

provocou a procura de novas alternativas como o recurso aos super petroleiros, que tornavam economicamente viável a rota do Cabo, e a multiplicação dos pipelines, acabando por ser a política do canal a ter que se alterar, já que se os utentes são clientes do Egipto, não é menos verdade que é o cliente quem acaba por mandar, uma vez que se o produto não for atractivo ele não o compra e só se podem cobrar portagens se houver quem queira passar. A nova política do Egipto em relação ao canal altera-se, então, no sentido de procurar tornar esta rota de novo aliciante pelo que, em 1975, Anwar el Sadat lançou um programa de promoção de toda a zona do canal que foi alargado e apetrechado de complexos melhoramentos, permitindo a inauguração a 16 de Dezembro de 1980 da nova estrutura que franqueava a passagem a navios de muito maiores dimensões, voltando a dinamizar toda a região. Proclamava-se, agora, a oferta do canal ao mundo, evitando o desinteresse internacional e a estagnação de toda uma importante zona e fonte de rendimentos.

No que respeita à posição dos Estados Unidos da América assistimos no Médio Oriente a uma ambiguidade que, com as devidas diferenças, ainda hoje se verifica. Estrategicamente, em termos de política interna, os dirigentes viam-se (e vêem-se) confrontados com seguinte dilema: “Não há petróleo em Israel mas por outro lado não há votos árabes na América.”⁴⁴ Noutros termos, a questão coloca-se com a necessidade de ter que haver muita ponderação entre dois dos mais importantes grupos de pressão americanos, o judaico e o do petróleo.⁴⁵ Se atendermos ao tipo de sistema eleitoral americano, rapidamente constatamos que o financiamento dos candidatos é, e sempre foi, de importância capital para a sua eleição, pelo que a classe política é obrigada a jogar num equilíbrio de interesses instável e nem sempre compatível.

9. Considerações Finais

A guerra que abordamos neste estudo é um episódio do conflito que, possivelmente, será o de mais difícil resolução, não só por opor todo um conjunto muito complexo de

44 Moshe Dyan, *apud* William Stevenson, *Israel, 6 Dias de Guerra*, p. 20.

45 Hoje acrescentaríamos, pelo menos, um terceiro que é o dos produtores de armamento e um quarto que, sendo meramente virtual e explicitamente negado, tem vindo a ganhar importância que é o do medo do terrorismo. Sobretudo a partir dos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001, levados a cabo no seu próprio território e na impossibilidade de dismantelar a *Al Qaeda*, da única forma visível que seria a captura do seu líder carismático Bin Laden, o povo americano dá muito mais atenção à sua política externa, o que se traduz em votos. Sabem-no os candidatos e os seus assessores, embora se coíbam de o dizerem expressamente.

realidades religiosas, culturais, políticas e étnicas, mas porque cada dia que passa aumenta a espiral de ódio e de violência, que há muito extravasou os limites territoriais do conflito. De ambos os lados, há décadas de ódio, centenas de milhar de motivos de vingança e o sangue de outras tantas centenas de milhar de mortos. Um estudo que procurasse fazer o balanço deste conflito de 1948 até aos nossos dias, fazendo o levantamento de todos os incidentes, escaramuças, ataques, represálias e guerras, bem como das vítimas que todas estas acções provocaram, seria uma tarefa hercúlea e logo desactualizada. Este conflito assemelha-se a uma gigantesca bola de neve que, cremos, ninguém sabe como parar e onde parece que, há muito tempo, se a houve, já todos perderam a razão. As mais tímidas aproximações a uma solução pacífica para o conflito esbarram, inevitavelmente, com o fundamentalismo radical de ambas as partes, que não abrem mão do ódio e da vingança. A título de exemplo, basta-nos pensar em Anwar Sadat, morto em plena parada militar por radicais islâmicos, ou em Ytzahk Rabin, morto por um judeu extremista, ambos vítimas de atentados perpetrados por indivíduos dos seus próprios campos que rejeitam a paz. É, portanto, uma situação com múltiplas frentes e em que, por vezes, paradoxalmente, os inimigos parecem aliar-se, para se poderem continuar a guerrear.

As implicações, no sentido mais lato deste conflito, estendem-se pela emergência de uma nova ordem mundial, nascida das cinzas da segunda guerra e da humilhação da derrota de duas grandes potências que constituirá um exemplo paradigmático de que novos tempos se avizinham. Seguir-se-ão a Argélia, uma vez mais o Vietname e o Afeganistão, que apressará a queda do bloco soviético. Regressam os nacionalismos e os conflitos regionais mais ou menos generalizados, a que se seguirão o regresso das grandes intervenções na primeira guerra do Golfo, na antiga Jugoslávia e de novo ao Médio Oriente, regressando, afinal, onde tudo parece ter começado.

A questão final que poderemos levantar é a da inevitabilidade, ou não, da guerra. Dever-se-á, como Clausewitz, considerá-la “uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios”⁴⁶ e, se sim, então qual é o fim ou os fins, que esse meio pretende alcançar? Será a vitória militar e a imposição da vontade de um estado sobre o outro um verdadeiro fim ou, como a história parece mostrar, apenas uma imposição transitória, já que nunca vimos um estado, ou um império, impor-se definitivamente pela força. O *Reich* que iria durar mil anos durou quantos? Quais as relações a estabelecer entre a política e a estratégia militar? Se Clausewitz foi clarividente ao preconizar a submissão do poder militar ao poder político, resta saber se poderá ao

46 Carl Von Clausewitz, *Da Guerra*, Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1976, p. 87.

poder político, enquanto manifestação abstracta da razão humana e não de humanas razões, interessar a guerra como a imposição a outros de uma vontade e aí, seguir a máxima de Maquiavel em que os fins justificam os meios.

“Qual a diferença entre a guerra e a paz?», pergunta um sábio grego. A sua resposta, infelizmente, aplica-se à letra à nossa região, cansada de tanto ódio. «Em tempo de paz são os filhos que enterram os pais. Em tempo de guerra, são os pais que enterram os filhos.»⁴⁷ A questão tem tanto de antiga como de actual, a resposta pode-nos fazer pensar, mas pode já não ser tão actual, pois todos sabemos que nos nossos tempos, de uma guerra pode não haver ninguém para enterrar, por não haver quem e por não haver o que. Após um desanuviamento na tensão dos dois blocos, que mediaram o poder praticamente em toda a segunda metade do século XX, as tensões latentes, incluindo as resultantes da desintegração da antiga União Soviética, como a Tchechénia ou o Uzbequistão, deram lugar a conflitos de difícil resolução e de fronteiras ultrapassadas. No tempo da globalização, a guerra, enquanto conflito declarado, tem-se descentralizado. Porém, em termos de ameaça terrorista, globalizou-se de tal forma que ninguém se pode gabar de dormir seguro, tal a escalada nos métodos e dispositivos utilizados e no perigo que essa ameaça representa, através das *bombas sujas*, das armas químicas e biológicas e da própria explosão nuclear. Contra a ameaça que o terrorismo moderno constitui, os mais recentes acontecimentos têm provado que não só não há defesa possível, como também parece não existirem lugares seguros no mundo. Os eixos dos conflitos também se alteraram, as velhas divisões leste/oeste, colonizados/colonizadores e mesmo o carácter político no seu sentido mais clássico parecem estar a dar lugar a uma viragem religiosa, opondo fanáticos islâmicos ao resto do mundo, que não se revê nessa mundividência. A tolerância da *oratio* de Pico della Mirândola volta a fazer falta, bem como faz falta a amenização das desigualdades e injustiças que potenciam tudo isto.

Sabemos que, infelizmente, a história da humanidade e a história da guerra se confundem e que, se as capacidades tecnológicas permitem novas armas e novos potenciais, na sua origem os princípios são os mesmos nos seu cumprimento dos seus objectivos mais sinistros. As variantes são iguais, guerra química e biológica sempre houve, terrorismo e guerra convencional também; as potencialidades destrutivas e os seus efeitos é que são, agora, exponencialmente maiores.

47 Shimon Peres, *Tempo para a guerra, Tempo para a paz*, p.15.